


Controle do desmatamento na Amazônia reduz internações e mortes por doenças respiratórias, diz estudo da UFMG

 oglobo.globo.com/brasil/minas-gerais/noticia/2024/11/18/controle-do-desmatamento-na-amazonia-reduz-internacoes-e-mortes-por-doencas-respiratorias-diz-estudo-da-ufmg.ghtml

Thamila Soares

Uma pesquisa publicada na revista *Communications Earth & Environment*, na semana passada, e desenvolvida pela UFMG em parceria com a Universidade de Bonn, na Alemanha, confirmou que a redução do desmatamento na Amazônia traz benefícios diretos para a saúde pública. O estudo revelou que o controle das queimadas e a consequente diminuição da poluição do ar têm impacto significativo na redução de doenças respiratórias na população da região.

A partir da análise de dados municipais de 2003 a 2017, a pesquisa indicou que, após 2007, políticas ambientais específicas para a Amazônia Legal, como a restrição de crédito aos desmatadores e a moratória da soja, reduziram os incêndios em 20%.



Amazônia — Foto: Grupo BBF

A diminuição das queimadas resultou em uma redução na concentração de partículas de cinzas no ar, o que impactou diretamente na saúde da população.

Menos internações e mortes

Os dados mostraram que a diminuição da poluição do ar, causada pela fumaça das queimadas, levou a uma queda de cerca de 18 mil internações anuais por doenças respiratórias relacionadas ao fogo e à fumaça. Além disso, aproximadamente 680 mortes foram evitadas a cada ano em uma subamostra populacional de 4,12 milhões de pessoas.



Área geográfica estudada por pesquisadores da UFMG — Foto: Reprodução/UFMG

O estudo reforça que a preservação ambiental vai muito além de proteger ecossistemas: tem impacto direto na qualidade de vida. Segundo os pesquisadores, a Floresta Amazônica desempenha um papel crucial na regulação climática e na manutenção de serviços ecossistêmicos que beneficiam tanto o meio ambiente quanto as comunidades de pessoas.



Uma combinação de interesses, incluindo gangues criminosas, proprietários de terras, autoridades locais corruptas e líderes comunitários, está envolvida no desmatamento de florestas para a construção de pomares de abacate, em alguns casos confiscando ilegalmente terras de propriedade privada — Foto: Cesar Rodriguez/The New York Times

A pesquisa ainda destaca a eficácia de iniciativas implementadas a partir de 2007 na Amazônia Legal. Segundo os resultados obtidos na análise, a combinação de políticas públicas específicas com os esforços de fiscalização foi um elemento essencial para alcançar esses resultados.

A moratória da soja, por exemplo, comprometeu empresas a não adquirirem o grão de áreas desmatadas após 22 de julho de 2008. Já a restrição de crédito aos desmatadores limitou o acesso a recursos financeiros, o que dificultou o avanço das práticas predatórias.



Escavadeira em ação na área de garimpo na Amazônia: em 2023, 29 equipamentos foram apreendidos na TI de Sararé — Foto: Fabio Bispo/Greenpeace

As ações não apenas reduziram os focos de incêndio, mas também ajudaram a mitigar os impactos da poluição na saúde das populações locais. A estratégia demonstrou, assim, que a conservação ambiental pode ser uma estratégia de saúde pública.

“Esse trabalho deixa explícito que a conservação da Amazônia vai muito além da questão ambiental e deve ser pensada em termos de política pública com impactos em setores-chave para todas as esferas de governo, como a saúde”, explicou em comunicado o coautor do estudo, professor Britaldo Soares Filho, pesquisador voluntário no Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG.